



Fórum Governamental de  
**RESPONSABILIDADE  
SOCIAL**

**ATA DE REUNIÃO  
FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE  
SOCIAL**

**Identificação da Reunião**

<b>Número/Ano: 4ª Reunião – 16/12/2010</b>			
<b>Início: 10h</b>		<b>Término: 17h</b>	
<b>Local: Confederação Nacional do Comércio - CNC</b> Setor Bancário Norte - Quadra 1, Bloco B, nº 14 – 18º andar, Sala de Reuniões - Brasília / DF			
<b>Relator:</b> Ricardo Mello			
<b>Presentes:</b>			
<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>E-MAIL</b>
Edson da Cunha	Petrobrás	(21) 9654-4909	ercunha@petrobras.com.br
Adroaldo Quintela	SEDES/PR	(61) 3411-2199	adroaldo@planalto.gov.br
Ricardo Mello	DATAPREV	(21) 3578-7789	ricardo.pmello@previdencia.gov.br
André Ferro	BNDES / AP	(21) 2172-6352	aferro@bndes.gov.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Dqual	(61) 3348-6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Stéfane Natália	SPM/PR	(61) 3411-4249	stefane.silva@spmulheres.gov.br
Patrícia Pego	SEDES/PR	(61) 3411.2199	patricia.pego@planalto.gov.br
Leonilda Pareti	MPOG	(61) 8134-7996	leonilda.pareti@planejamento.gov.br
Fabício Magalhães	MPOG	(61) 2020-1279	fabricao.magalhaes@planejamento.gov.br
Marcos A. Pimenta de Souza	BACEN	(61) 3414-4044	marcos.pimenta@bcb.gov.br
Aline Andaluza Silva	Ses/ Saúde	(61) 3348-6216	andaluzaaline@hotmail.com
Luis Fernando de L. Rezende	IPEA	(61) 7815-7348	luis.rezende@ipea.gov.br
Andréa Bicalho	MCT	(61) 3411-5327	abicalho@mct.gov.br
Selma Botelho	MPS	(61) 2021-5763	selma.botelho@previdencia.gov.br
Cristiane S. Lima	INMETRO	(61) 3348-6300	cslima@inmetro.gov.br
Lécio Lima da Costa	COEP	(61) 3411-2182	lecio.costa@planalto.gov.br
Telma Firme	TST	(61) 8119-1009	telma.firme@gmail.com
Suely Touguinha	MPDFT	(61) 3343-9980	gestaoambiental@mpdft.gov.br
Cristine Marcial	IBRAM	(61) 2024-4311	cristine.marcial@museus.gov.br
Haroldo Motta	ANATEL	(61) 2312-2336	hmotta@anatel.gov.br

## Pauta

- 1) Leitura e aprovação da ata da Terceira Plenária do Fórum;
- 2) Apresentação do painel “O Desenvolvimento Sustentável na Agenda Estratégica do CDES”, pelo Sr. Adroaldo Quintela, Diretor de Políticas de Desenvolvimento da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- 3) Escolha de temas prioritários da ISO 26000 para ações do Fórum, pelo coordenador do GT, Sr. André Ferro, do BNDES;
- 4) Informes sobre o lançamento da ISO 26000 e revisão da NBR 16001;
- 5) Informes sobre a Semana Nacional de Responsabilidade Social;
- 6) Informes sobre o andamento dos Grupos de Trabalho;
- 7) Assuntos gerais.

### 1 – Abertura / Aprovação da pauta.

O Sr. Ricardo Mello, da Dataprev, após instalar a reunião, agradeceu ao Sr. Evandro Costa e à Sra. Mary, da Confederação Nacional do Comércio, em nome da Coordenação do Fórum, pela cessão da sala de reuniões da entidade para a realização da Plenária e submeteu aos presentes a pauta de trabalho, que foi aprovada.

### 2 – Apresentação do painel “O Desenvolvimento Sustentável na Agenda Estratégica do CDES”, pelo Sr. Adroaldo Quintela, Diretor de Políticas de Desenvolvimento da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

Após as apresentações de cada participante, passou-se ao segundo item da pauta, em que o Sr. Adroaldo Quintela discorreu sobre o funcionamento e as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. Valendo-se de uma citação do economista Celso Furtado, o Sr. Adroaldo Quintela declarou que “o desenvolvimento é uma construção da sociedade e é preciso que ela tenha vontade de fazê-lo”, razão porque o Conselho reúne representantes de todos os setores produtivos, num total de 103 membros, e busca “soluções de consenso pelo diálogo plural, com o objetivo de qualificar e viabilizar um projeto de desenvolvimento de longo prazo, que possa orientar as ações de governo e ser assumido pela sociedade”.

Para o Sr. Adroaldo Quintela, a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento consubstancia a “visão do futuro” dos conselheiros do CDES, que veem o Brasil como um país “democrático e coeso, no qual a iniquidade está superada, a diversidade é valorizada e o desenvolvimento, sustentado e sustentável, encontrou seu curso” e entendem ser a desigualdade o principal problema a ser enfrentado e a educação o primeiro desafio, ao lado de outros oito – a economia do conhecimento, o trabalho decente e a inclusão produtiva, o padrão de produção para o novo ciclo, o potencial da agricultura, a infraestrutura, a sustentabilidade e a consolidação e ampliação das políticas sociais.

Em seguida, respondendo a pergunta da Sra. Jacimara Machado, da Câmara dos Deputados, e da Sra. Ana Borges, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, explicou que o CDES é um órgão de aconselhamento da Presidência da República e, por esta razão, não tem representantes dos demais poderes entre os seus conselheiros.

A Sra. Jacimara Machado indagou também se a participação no CDES ocorre a convite e quais os critérios para inclusão de pessoas físicas e criticou a pouca presença de ambientalistas no Conselho e

a menção à “gradual incorporação dos conceitos da sustentabilidade pela sociedade” na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, arguindo que tal incorporação deveria ser imediata e urgente.

Em resposta, o Sr. Adroaldo Quintela informou que os convites são feitos exclusivamente pelo Presidente da República e que, uma vez no exercício do mandato, o conselheiro participa como cidadão e especialista e não como representante da instituição a que está vinculado. Explicou, ainda, que a menção à “gradual incorporação da sustentabilidade pela sociedade” aparece no texto como um diagnóstico da situação atual e não como uma estratégia ou proposta.

A Sra. Andréia Bicalho, do Ministério da Ciência e Tecnologia, criticou a abrangência social da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, qualificando-a de “rasa” quanto às exigências de um verdadeiro desenvolvimento social, se comparada à ênfase concedida aos aspectos econômicos.

Em resposta, o Sr. Adroaldo Quintela esclareceu que a preocupação social permeia todo o trabalho do CDES e citou o exemplo das estratégias de educação e de trabalho decente e inclusão produtiva, que, para ele, carregam forte conteúdo social, mas reconheceu que, como a maioria do plenário do Conselho é composta por pessoas vinculadas ao mundo da produção e da economia, acabam prevalecendo essas abordagens nos documentos que elaboram.

Em resposta a indagação da Sra. Andrea Santini, do Inmetro, o Sr. Adroaldo Quintela admitiu ser possível realizar um “colóquio pontual” sobre a ISO 26000 no CDES, embora, segundo ele, a maioria das centrais sindicais seja contrária à responsabilidade social por entender que as empresas a utilizam como biombo para mascarar relações de trabalho que não consideram “decentes”.

O Sr. Luis Fernando de Lara Resende, do Ipea, alertou que alguns especialistas entendem que o chuveiro elétrico poderá ser mais econômico do que os modelos movidos à energia solar, porque estes exigem maior consumo de água, assim como é alto o custo de captação da energia eólica, o que, em parte, explica porque nem sempre as grandes teses da responsabilidade socioambiental são aceitas unanimemente e devem ser fruto de consenso que nasce gradualmente.

O Sr. Adroaldo Quintela lembrou que a energia eólica é a que mais cresce no Brasil e deve estimular o desenvolvimento de uma indústria e de um mercado interno fortes, mas que seu custo também ainda é alto.

A Sra. Ana Borges creditou as dificuldades para formação de consenso em relação à responsabilidade social ao desconhecimento de sua abrangência, destacando que a ISO 26000 aprofunda questões das relações de trabalho que interessam diretamente aos trabalhadores e que, por isso, não encontra uma razão objetiva para que sindicalistas possam a ela se opor.

O Sr. Marcos Pimenta, do Banco Central do Brasil, informou que está sendo criada pela instituição que representa, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, uma estratégia de disseminação da educação financeira para crianças e adultos e sugeriu que tal idéia seja também adotada pelo CDES.

Em resposta, o Sr. Adroaldo Quintela informou que a questão da educação financeira já foi debatida no Conselho e que chegou a ser estudada sua extensão aos agentes financeiros. Em resposta à Sra. Andréia Bicalho, que disse sentir a ausência, na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, de menção específica a setores minoritários da sociedade, o Sr. Adroaldo Quintela informou que indígenas e cegos já tiveram representantes no Conselho, mas foi deliberado que as questões relativas a minorias seriam tratadas dentro dos temas gerais, sem particularizações. Ao final, atendendo a solicitação da Sra. Andrea Santini, o Sr. Adroaldo Quintela ofereceu as telas de sua apresentação para os arquivos do Fórum.

### **3 – Escolha de temas prioritários da ISO 26000 para ações do Fórum, pelo coordenador do GT, Sr. André Ferro, do BNDES.**

O Sr. André Ferro enumerou os sete pontos centrais da ISO 26000 – governança, direitos humanos, práticas trabalhistas, meio ambiente, práticas leais de operação, questões relativas ao consumidor, desenvolvimento e envolvimento da comunidade – e explicou que o passo inicial para delinear as ações para 2011 será fazer um levantamento do perfil das cerca de 40 instituições que integram o Fórum e, a partir daí, pensar em ações específicas para cada grupo de participantes, segmentado por seus diversos campos de atuação e interesse.

Segundo o Sr. André Ferro, somente com os resultados do levantamento dos perfis seria possível ao Fórum traçar estratégias para as ações de 2011, que poderiam ser vinculadas a alguns ou a todos os pontos centrais da ISO 26000. Ao final, comprometeu-se a trazer, na próxima plenária, uma minuta de questionário de pesquisa com esse objetivo.

A Sra. Andrea Santini apoiou a proposta mas ponderou que o ideal será conquistar o comprometimento das instituições com todos os pontos centrais da norma internacional, independentemente de seus campos de atuação ou interesse.

A Sra. Ana Borges propôs a organização de um ciclo de seminários abertos sobre cada tema tratado na ISO 26000 e daí recolher idéias para a ação do Fórum em 2011. A Sra. Jacimara Machado elogiou o trabalho do grupo e defendeu que, antes de discutir suas estratégias, o Fórum deverá priorizar a necessidade de legitimação de seus participantes por suas respectivas instituições e definir a institucionalização do colegiado. Para a Sra. Jacimara Machado, só assim será possível saber o que cada instituição poderá oferecer ao Fórum, de acordo com suas especificidades.

A Sra. Andrea Santini informou que o tema da institucionalização do Fórum é bastante polêmico e que espera que as próximas plenárias possam abordar os pontos positivos e negativos de cada opção, comentando que havia pensado na vinculação ao Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, mas recuou ao perceber possíveis dificuldades burocráticas por força da amplitude de sua estrutura, que engloba dez ministérios e diversas entidades da sociedade civil, como as Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria, a Associação Brasileira de Normas Técnicas e o Instituto de Defesa do Consumidor.

A Sra. Ana Borges informou que o representante da Secretaria Geral da Presidência da República e da Rede Nacional de Mobilização Social COEP, Sr. Lécio Lima da Costa, presente na sessão matutina da plenária, aventou a possibilidade de o Fórum ser vinculado ao seu próprio órgão e se comprometeu a trazer, na próxima plenária, algumas opções de formalização.

O Sr. Haroldo Motta, da Anatel, apoiou a institucionalização do Fórum, anunciando que pleiteou a inclusão de temas relativos à responsabilidade social por ocasião da revisão do plano geral de regulamentação de sua instituição. A Sra. Jacimara Machado lembrou que, assim como a Câmara dos Deputados, muitas outras instituições não tem uma pessoa ou um setor que, formalmente, possa responder o questionário de perfil a ser enviado pelo Fórum, como pretende o grupo de trabalho.

O Sr. Edson Cunha, da Petrobrás, explicitou sua percepção sobre a dicotomia existente entre o alto interesse das personalidades que participam do Fórum em contraste com o médio ou baixo amadurecimento dos princípios da responsabilidade social nas instituições que representam, para ele a razão maior de toda a discussão sobre a premência de institucionalização do Fórum. Para o Sr. Edson Cunha, o levantamento indicado pelo grupo de trabalho será importante para identificar qual o grau de percepção de responsabilidade social nas instituições.

Com o objetivo de medir, por amostragem, o nível de formalização da responsabilidade social na estrutura das organizações, o Sr. Ricardo Mello solicitou que os participantes declarassem a existência ou não, em sua instituição, de um setor ou de uma pessoa a quem tenha sido atribuído oficialmente essa tarefa. Coletadas as informações, foi apurado que a maioria das instituições presentes no recinto naquele momento não tem essa atribuição formalmente definida em sua estrutura. Para o Sr. Ricardo

Mello, esse resultado, embora limitado pela amostragem, indica que o Fórum está fundado muito mais sobre uma idéia do que sobre uma estrutura formal e que isso explica a inquietação de alguns participantes por se ressentirem de respaldo institucional ou, ao menos, de alguém a quem possam se reportar em seus locais de trabalho.

O Sr. Ricardo Mello reconheceu ser esta uma dificuldade real que não pode ser desprezada, principalmente quando há a pretensão de se elaborar questionário para identificação do perfil de cada instituição, e que o trabalho prioritário não deve ser apenas a formalização do Fórum, mas a própria legitimação, pela estruturação interna, da responsabilidade social em cada entidade participante. Citando o caso da Dataprev, o Sr. Ricardo Mello historiou que, até 2005, a empresa possuía apenas um comitê de ações sociais, de viés meramente filantrópico, mas evoluiu para a criação de uma coordenação específica em 2006, a que se agregou o benefício adicional de contar, hoje, com um presidente, Sr. Rodrigo Assumpção, que, segundo ele, entende, apóia e estimula ações de responsabilidade social, tendo sido o criador do projeto “Computadores para Inclusão Digital” quando estava na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Ao citar a implantação da coleta seletiva como exemplo de uma ação típica de responsabilidade social e ambiental presente em quase todos os órgãos públicos, o Sr. Ricardo Mello completou que dali poderiam partir para outras ações mais amplas, no que foi contestado pela Sra. Jacimara Machado, para quem a coleta seletiva é uma atribuição da área administrativa do prédio e não do setor de responsabilidade social, admitindo que este poderia atuar como orientador.

A Sra. Stéfane Natália Ribeiro e Silva, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, declarou que ainda há dúvidas sobre o alcance da responsabilidade social e muitos entendem que seja uma ação da empresa para a sociedade ou para aqueles que estão à sua volta, mas que, para ela, também deve ser debatida a postura da empresa diante de seus próprios empregados e que, para isso, foram criados programas, como o da equidade de gêneros, voltados para dentro das instituições.

Para a Sra. Stéfane Natalia Ribeiro e Silva, a responsabilidade social é distinta da responsabilidade ambiental e deve ser praticada tanto para fora quanto para dentro da empresa. Para a Sra. Andrea Santini, a integração da responsabilidade social nas organizações é um processo gradual e deve contemplar todos os temas da norma.

A Sra. Andrea Santini leu, ainda, o inteiro teor da definição de responsabilidade social inscrita na ISO 26000, declarando ser a mais completa dentre todas as demais existentes até hoje. A Sra. Ana Borges completou que, naquela definição, está incluído também o público interno das organizações. A Sra. Stéfane Natalia Ribeiro e Silva defendeu o fortalecimento dessa visão pelo Fórum, para que a responsabilidade social não seja entendida como um rol de ações ambientais ou voltadas para o público externo. Em resposta, a Sra. Andrea Santini informou que o público interno das organizações está contemplado, na ISO 26000, tanto no capítulo de direitos humanos como no de relações de trabalho.

Elogiando o trabalho apresentado pelo Sr. André Ferro, a Sra. Andrea Santini identificou uma certa imaturidade do processo para a elaboração de um questionário com tal amplitude e que primeiro deverá ser construída uma metodologia para melhor conduzir a abordagem dos temas e sua efetiva integração nas organizações, como previsto no capítulo 7 da nova norma internacional.

A Sra. Ana Borges pontificou que a idéia de realização de seminários temáticos servirá, também, para que o Fórum se torne mais conhecido dentro dos órgãos de governo. A Sra. Andrea Santini lembrou que a Sra. Ana Paula Grether, da Petrobrás, elaborou um estudo comparativo entre a ISO 26000, o Global Reporting Initiative (GRI), programa das Nações Unidas para a promoção da sustentabilidade, e o Pacto Global, iniciativa das Nações Unidas para incentivar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa, e propôs que, previamente ao ciclo de seminários, seja organizado um painel que confronte essas três diretrizes.

A Sra. Suely Touguinha, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, esclareceu que o Ministério Público, por ter atuação voltada para a comunidade, conta com promotorias específicas que se relacionam com os temas tratados na ISO 26000, além de ter um núcleo dedicado exclusivamente

à gestão ambiental. Concordando, a Sra. Ana Borges declarou que o Ministério Público, como todo órgão público, já traz, em si, uma nítida função social.

O Sr. André Ferro resumiu os debates em três pontos: o questionário para formação do perfil poderá incluir algumas perguntas provocativas, como, por exemplo, quem é o representante do órgão no Fórum e qual a função social da instituição; o Fórum poderá adotar, como sua, a definição da ISO 26000 sobre responsabilidade social; o Fórum poderá realizar seminários sobre os temas centrais da ISO 26000 e dali extrair subtemas prioritários.

O Sr. Edson Cunha reportou que, nas organizações, esses temas se distribuem pelas áreas social, ambiental e econômica, sob variadas denominações, e que muitas integram tais conceitos sob a idéia geral da “responsabilidade corporativa”, enfocando não apenas uma simples ação associada à imagem externa mas inserindo-a na própria gestão do negócio. A Sra. Andrea Santini manifestou entendimento de que o papel do estado na preservação do bem comum se dá por meio de políticas públicas e aplicação das leis e não deve substituir o papel das organizações oficiais quanto a suas responsabilidades sociais específicas, mas que cabe ao estado reconhecer e promover essas ações diretamente por seus órgãos.

Em resposta a indagação da Sra. Jacimara Machado, a Sra. Andrea Santini explicou que, nas reuniões internacionais de que participou, percebeu que as diferenças na aplicação dos princípios da responsabilidade social variam de acordo com as diferenças entre os próprios países e que nações mais desenvolvidas, como a Suécia, estavam mais à frente. A Sra. Andrea Santini disse também que, na reunião de Estocolmo, ficou decidido que será criada uma estratégia para a pós-publicação da ISO 26000, visando acompanhar a implementação da norma no mundo, e que a tarefa de coordenação desse trabalho caberá à ABNT e ao Swedish Standards Institute (SIS).

Após debates, a Sra. Ana Borges concluiu que, na próxima plenária do Fórum, haverá um painel sobre o estudo comparativo entre os princípios da ISO 26000, do GRI e do Pacto Global, conduzido pela Sra. Ana Paula Grether, e deverão ser retomadas as análises sobre a possível institucionalização do Fórum e a realização de seminários temáticos.

Sobre a sugestão de que os seminários ocorram nos dias seguintes aos das plenárias bimestrais do Fórum, para facilitar os deslocamentos de participantes que não residam em Brasília, a Sra. Andrea Santini disse ser boa a idéia e calculou que, se cada seminário abordar dois temas, o esgotamento dos sete temas ocupará todo o ano de 2011. A Sra. Jacimara Machado propôs que, no planejamento do Fórum para 2011, seja programada uma videoconferência por meio da Interlegis, a rede de comunicação do Poder Legislativo que, segundo ela, já reúne oito estados.

Ficou definido que, em princípio, o primeiro seminário e a Sexta Plenária do Fórum poderão ocorrer nos dias 26 e 27 de abril de 2011 e que o Fórum buscará conhecer as agendas do Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) e do Instituto Ethos, duas grandes entidades privadas que atuam em favor da responsabilidade social empresarial, para que não ocorra coincidência de datas.

#### **4 - Informes sobre o lançamento da ISO 26000 e revisão da NBR 16001;**

A Sra. Andrea Santini anunciou que a versão brasileira da ISO 26000 foi lançada no dia 8 de dezembro de 2010, sob o título de ABNT/NBR/ISO 26000, aduzindo que o Instituto Ethos já deu início à revisão de seus indicadores para adequá-los aos preceitos da nova norma e, no mesmo sentido.

A ABNT deverá começar o processo de revisão da NBR 16001, publicada em 2004, valendo-se, para tanto, de encontros abertos a todos os interessados, com previsão de término para setembro de 2011. A Sra. Andrea Santini recordou que, em 2006, o Inmetro desenvolveu o Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social e hoje existem 21 empresas brasileiras já certificadas e outras

10 em processo de certificação e que a NBR 16001 foi essencial para que o Brasil galgasse a liderança no processo de criação da ISO 26000, juntamente com a Suécia.

Segundo a Sra. Andrea Santini, Brasil, Portugal, Dinamarca e Tailândia já fizeram normas internas de responsabilidade social e que, possivelmente, Alemanha e Áustria também as farão e que será interessante se for possível adotar, no âmbito do Mercosul, o modelo de norma que nascerá do processo de revisão da NBR 16001. A Sra. Andrea Santini adiantou que este “não será um trabalho fácil” porque algumas representações dos trabalhadores tem demonstrado restrições à responsabilidade social em especial à credibilidade dos critérios de certificação.

## **5 – Informes sobre a Semana Nacional de Responsabilidade Social;**

Sobre a Semana Nacional de Responsabilidade Social, a Sra. Ana Borges reportou que o grupo de trabalho dedicado ao tema esteve no Ministério da Ciência e Tecnologia para conhecer a forma de organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e, após a visita, seus membros ficaram convencidos de que não seria possível criar eventos para o mês de abril de 2011, face às dificuldades orçamentárias do primeiro quadrimestre do ano para obtenção de patrocínios, o que levou à idéia de adiamento das comemorações para setembro, por meio de emenda a ser apresentada pelo próprio Deputado Mauricio Rands, autor do projeto.

Em favor do adiamento da semana, o Sr. Ricardo Mello lembrou que, certamente, pelo calendário da nova legislatura, até abril de 2011 o projeto sequer estaria aprovado em plenário, o que inviabilizaria a organização de qualquer efeméride relacionada à Semana Nacional de Responsabilidade Social.

O Sr. Luis Fernando de Lara Resende, por sua vez, recordou que agosto marca o mês de falecimento do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, que, em 1993, criou o COEP, sugerindo que uma data assim emblemática poderia ser apropriada para a organização de eventos sob o tema da responsabilidade social. A Sra. Ana Borges informou, ainda, que o grupo de trabalho já esteve no Museu da República de Brasília e obteve as informações necessárias para a realização de eventos naquele local. Para as comemorações de lançamento da Semana Nacional de Responsabilidade Social, o Sr. Luis Fernando de Lara Resende propôs o estabelecimento de parcerias com o GIFE, com o COEP e com o Instituto Ethos.

## **6 – Informes sobre o andamento dos Grupos de Trabalho;**

Sobre o andamento dos grupos de trabalho, o Sr. Luis Fernando de Lara Resende opinou ser relevante garantir que os criadores e atuais coordenadores do Fórum se mantenham vinculados a seu comando, independentemente do órgão a que venha a estar sediado, ao menos até sua completa institucionalização.

A Sra. Andrea Santini declarou que a rotatividade na condução de qualquer colegiado é sempre saudável, mas que entende os argumentos daqueles que defendem a manutenção da atual coordenação por mais um ano, o que poderá ser debatido nas próximas plenárias. Em assuntos gerais, a Sra. Andrea Santini, em nome da Coordenação do Fórum, saudou a adesão do Governo do Distrito Federal (GDF), representado pela Sra. Aline Andaluza Silva, que, por sua vez, informou que existe um grupo de trabalho dedicado a traçar políticas de responsabilidade socioambiental para o GDF. A Sra. Ana Borges noticiou que já está instalada a comunidade virtual do Fórum no Catir, o Portal das Comunidades Virtuais do Setor Público e que, para participação, será necessário cadastramento como membro e conhecimento das instruções que estão em uma cartilha a ser distribuída, por e-mail, a todos os participantes, além de treinamento a ser ministrado em 2011.

Em nome da Coordenação do Fórum o Sr. Ricardo Mello agradeceu a presença de todos os participantes e anunciou que, em princípio, a próxima plenária será realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, em local a ser divulgado.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Quarta Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social, às 17 horas e 10 minutos.

**Coordenação do Fórum:**

**Inmetro – CSJT - Dataprev**